

Ousadia consciente

Economia - Brasil

Antes de qualquer reação diante das medidas abrangentes adotadas pelo presidente José Sarney, com vistas a corrigir o curso do "Plano Cruzado", a opinião pública deve ser chamada a refletir, entregando-se a um processo de avaliação que defina uma projeção correta das causas que as determinaram e dos objetivos a serem alcançados. As justificativas do Chefe da Nação são transparentes nas razões que invoca e nas certezas que animaram para aconselhar-se com o poeta Fernando Pessoa em seu grande desafio: "Se queres ousar, ousa". O Presidente ousou na sua determinação de consolidar a reforma econômica, de abrir espaços no futuro para a Nação experimentar tempos de prosperidade, incorporando toda a sociedade brasileira ao processo de enriquecimento e na participação das riquezas nacionais. A ousadia é mais significativa ao contrapor-se à confortável posição de Sarney perante a opinião pública, crescendo ainda mais ao situar-se o político perante as urnas a serem freqüentadas pelo povo a 15 de novembro próximo. Os deveres do Chefe de Estado o convocaram para uma tarefa irrecusável, ligada única e exclusivamente aos interesses do País num comprometimento de solidariedade com o futuro, totalmente libertado do imediatismo do aplauso fácil, colhido nas farras, porém ilusórias, messes da omissão e da inépcia. Numa autêntica operação de risco total, o Presidente investiu todos os seus cacifes numa parada única.

Sabe o Chefe do Executivo da rebeldia popular com relação ao fisco por força da sua agressividade compulsória. A reação psi-

cossocial é de incertezas quanto à aceitação ou rejeição da medida jurídica. A taxa de riscos se amplia na exata medida da dominação crítica que a classe média possui no contexto de avaliação e de sustentação do discurso político. Tendo em vista a seletividade dos ônus para dar consistência ao Fundo de Reconstrução Nacional, elegendo um segmento social de grande poder de influência nos meios de comunicação como contribuinte *ex-officio* das reservas financeiras para esse fundo, ampliam-se as possibilidades de incompreensão ante a decisão governamental.

A reflexão se faz mais necessária ao se situar o povo perante a ampla gama de aplicações dos recursos a serem recolhidos. O plano de aplicação do Fundo de Desenvolvimento é abrangente em suas metas e substantivo em seus resultados. Nada menos do que 32,5 por cento de expansão da geração de energia elétrica, numa equivalência próxima de cinco novas usinas de Itaipu. Instalação de 6,3 mil quilômetros de linhas de transmissão. Aumento da lavra do petróleo, que alcançaria uma equivalência de setenta por cento das necessidades energéticas primárias. Recuperação de vinte mil quilômetros de rodovias e a recuperação de mais de 2,3 mil quilômetros da rede já implantada, porém em precárias condições de uso. Recuperação da malha ferroviária e renovação de seu material rodante e de tração. Melhores condições de operacionalidade dos portos, ampliando em mais de 22 por cento as respectivas capacidades de movimentação. Mais telefones e total plenitude na capacitação do Projeto Carajás. Mais produção de aço e uma melhoria significativa na capacidade

de exportação.

Ampla e diversificada a pauta de projetos a serem desenvolvidos, implantados e consolidados, com vistas a um retorno de bens, de serviços, de empregos e de receita financeira, compondo um quadro de riquezas compatível com as exigências e urgências que a Nação recebe em seu cotidiano político, ao identificar em quarenta milhões de brasileiros a presença ominosa da fome crônica e da pobreza absoluta, atormentando um contingente marginalizado e sem esperanças de participar das oportunidades de acesso oferecidas pelo modelo econômico nacional, aberto e pluralista. A opção social, compondo a vertente mais expressiva das ambições da Nova República, está ainda a descoberto dos meios indispensáveis para realizá-la plenamente.

É cedo ainda para julgamentos que poderão ser temerários postos diante das respostas efetivas da economia. Os prognósticos de viabilização quem os confirma é a realidade dos fatos programados. Os ajustes do "Plano Cruzado" estão apoiados em pressupostos de alta validade. Ampliá-los ou minimizá-los pouca influência terá na materialização dos seus resultados, seja qual for a direção do seu encaminhamento.

Existem valores maiores já postos sob julgamento. O Presidente abandonou um lisonjeiro julgamento público, trocando-o por uma postura deliberada, motivada por um dever de consciência cívica com lastro em razões de estado impostergáveis. Entre o anodismo da estagnação estéril e os desafios da prosperidade auto-sustentada, optou por ousar o futuro.